

A extensão rural e a construção de mercados para agricultura familiar em Santa Catarina

Rural extension and the construction of markets for family farming in Santa Catarina

 Cleber José Bosetti¹

 Paulo André Niederle²

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_01

Resumo: o objetivo principal desse trabalho é compreender o papel do extensionismo rural na construção de mercados para a agricultura familiar no formato de cadeias curtas de comercialização de alimentos (CCCA's). A problemática central da pesquisa foi saber quais são os aspectos institucionais que sustentam tal perspectiva de extensionismo. Nisso foram avaliados a trajetória socioprofissional dos extensionistas (tempo de serviço e instituição de formação profissional) e os programas institucionais da empresa estadual de extensão rural de Santa Catarina. A metodologia consistiu na aplicação de 56 entrevistas estruturadas por amostragem estratificada junto aos extensionistas rurais e na análise documental dos programas institucionais da empresa de extensão rural. Os dados quantitativos foram submetidos às análises estatísticas de regressão linear e os qualitativos às análises de conteúdo. Os resultados indicam que a existência de programas multi-institucionais voltados ao fomento das CCCAs

¹ Professor de Economia e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este artigo foi o resultado de uma pesquisa de Pós-Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

somadas às percepções socioprofissionais dos extensionistas rurais são fundamentais para a construção e consolidação das CCCAs para a agricultura familiar.

Palavras-chave: Extensionismo Rural. Institucionalismo. Cadeias Curtas de Comercialização de Alimentos (CCCAs).

Abstract: This study mainly aims to understand the role of rural extensionism in building markets for family farming short food supply chains (CCCAs). Its central problem involved the institutional aspects that support this perspective of extensionism. For this, the socio-professional trajectory of extension workers (service time and professional training institution) and the institutional programs of the state rural extension company of state Santa Catarina were evaluated. The methodology consisted of 56 structured interviews using stratified sampling with extension workers and the documentary analysis of the institutional programs of the rural extension agency. Quantitative data were subjected to linear regression statistical analysis and the qualitative data to content analysis. The results indicate that multi-institutional programs to promote CCCAs and the socio-professional perceptions of rural extension workers are fundamental for building and consolidating the CCCAs for family farming.

Keywords: Rural Extensionism. Institutionalism. Short Food Supply Chains (CCCAs).

Introdução

Os mercados em suas diferentes dimensões e configurações são resultado das interfaces dos processos sociais e econômicos de cada contexto histórico (Hodgson, 2015; Polanyi, 2000). Mediados por hábitos de pensamento, normas e valores socialmente instituídos (Hodgson, 2007, 2015; Veblen, 2018), tornaram-se uma instituição fundamental na vida social contemporânea, inclusive, para se compreender as dinâmicas dos sistemas agroalimentares (Ploeg, 2015, 2016; Schneider, 2016; Wilkinson, 2023). Atualmente, a construção de mercados que possibilitem aos agricultores agregar valor aos seus produtos e melhorar sua renda é um dos grandes desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Desde as últimas décadas do século XX, diversos estudos têm indicado o processo de expropriação da renda agrícola, especialmente no caso da

agricultura familiar, em função das estruturas normativas das cadeias de valor organizadas em circuitos longos de comercialização (Mazoyer; Roudart, 2010; McMichael, 2009, 2016; Ploeg, 2008). Tais estudos também demonstram que as cadeias curtas de comercialização de alimentos (CCCA) têm despontado como uma das alternativas para recompor parte dessa renda, bem como para geração de processos de inovação e desenvolvimento rural (Banks, 2003; Darlot, 2021; Demetrio; Gazolla; Fantin, 2024; Rentings; Marsden; Rover; Verano *et al.*, 2023). No Brasil, entende-se que as empresas públicas de extensão rural possuem um papel fundamental para fomentar esses processos de inovação institucional necessários à sustentabilidade da agricultura familiar (Bracagioli Neto, 2023; Dunning, 2012), bem como para a melhoria da condição de segurança alimentar e nutricional da população (FAO, 2023).

Diante do contexto exposto, o artigo busca responder à seguinte questão: como as CCCAs são tratadas institucionalmente pela empresa de extensão rural de Santa Catarina e percebidas pelos extensionistas rurais que atuam diretamente com os agricultores? A coleta de dados, composta por 56 entrevistas estruturadas junto aos extensionistas rurais e pela pesquisa documental na referida organização, foi realizada entre os meses de março e agosto de 2023. Os dados quantitativos foram submetidos às análises de regressão linear e os dados qualitativos às análises de conteúdo.

O artigo está dividido em cinco partes: 1) introdução: apresentação da problemática da pesquisa; 2) revisão de literatura: disserta sobre as relações entre os mercados, a agricultura familiar e o extensionismo rural; 3) metodologia: relata as ferramentas utilizadas para a realização da pesquisa e para a análise dos dados; 4) resultados e discussões: apresenta as estatísticas descritivas e analíticas seguidas das interpretações ancoradas no referencial teórico; 5) considerações finais: explicita as conclusões e indicações de continuidade dos estudos.

Mercados para agricultura familiar e extensionismo rural: um olhar institucional

As relações entre os mercados para agricultura familiar e a extensão rural podem ser encontradas nos ancoradouros institucionais que permeiam esses

dois campos. Os mercados podem ser entendidos como instituições que, em parte, ordenam a vida social e econômica por meio de suas regras creditadas e reconhecidas; a extensão rural também pode ser vista em sua dimensão institucional, na medida em que carrega certos hábitos de pensamento mediadores dos processos de desenvolvimento rural. Assim, os aspectos institucionais que permeiam ambos os campos são o caminho teórico-metodológico desse trabalho para compreender a relação entre a extensão rural e a construção de mercados para a agricultura familiar.

As instituições podem ser entendidas como hábitos de pensamento herdados e que passam por atualizações diante das circunstâncias do presente (Veblen, 2018). São também cristalizações do sistema de regras sociais estruturadas e incorporadas por injunções e disposições, a partir de convenções morais ou de utilidade (Hodgson, 2002, 2007, 2015), capazes de formar e de serem formadoras dos hábitos e comportamentos expectacionais dos indivíduos (Dequech, 2017; Veblen, 2018). Nessa perspectiva, são mutuamente constituídas pela relação agência/estrutura, ou seja, produtoras e produtos dos hábitos e convenções que servem de orientação para a ação social e econômica (Giddens, 2009; Hodgson, 2007; Veblen, 2018). Portanto, há multidimensionalidade institucional que permeia a composição dos diferentes campos da vida social e econômica, na qual se inclui a relação entre a extensão rural e a construção de mercados.

Um aspecto comum às diversas abordagens da sociologia econômica é a refutação à ideia de mercado como entidade natural e singular (Polanyi, 2000; Smelser; Swedberg, 2005). Em seu lugar emergiram abordagens que compreendem os mercados como resultado das redes de interações entre os agentes sociais e econômicos (Granovetter, 1985, 2005; Zafirovski, 2023); como estruturas institucionais que se constituem de maneira evolucionária por meio dos hábitos de pensamento, convenções e regras formais (Hodgson, 2002, 2007; Veblen, 2018); por arquiteturas sociopolíticas projetadas e conquistadas no âmbito das arenas sociais em que agentes interessados conseguem fazer valer seus projetos políticos (Bourdieu, 2005; Fligstein, 2001; Fligstein; Dauter, 2012; Steiner, 2005), entre outras.

Em linhas gerais, tem-se a compreensão de que os mercados são socialmente instituídos por meio de diversas perspectivas de interação entre

os agentes sociais e as instituições, as quais incluem a participação de outras instituições, as formas de consenso e disputas entre agentes sociais dentro de determinados campos para ocupar as posições almejadas e as normas e convenções que os regem (Bourdieu, 2005; Fligstein, 2001; Fligstein; Dauter, 2012). Por tais caracterizações, as construções de mercados locais e regionais para a agricultura familiar são, em geral, resultado da mobilização de diversos agentes sociais, inclusive dos próprios agricultores por meio das suas redes de organização coletiva, e de instituições que atuam direta e indiretamente nos processos de desenvolvimento rural (Chiffolleau, 2019; Gazolla *et al.*, 2022; Munoz *et al.*, 2023).

As discussões sobre mercados e agricultura familiar emergiram ainda no final da década de 1980, motivadas principalmente pelo fenômeno da expropriação da renda agrícola decorrente da lógica corporativa dominante no sistema agroalimentar contemporâneo (Friedman, 1987; Mazoyer; Roudart, 2010; McMichael, 2016). As transformações ocorridas nos sistemas agroalimentares desde meados do século XX culminaram em uma vinculação cada vez mais acentuada da agricultura com as corporações industriais e financeiras e, por conseguinte, em um processo de concentração econômica nas cadeias de valor (Niederle; Wesz Junior, 2018; Wilkinson, 2023), cujos desdobramentos se refletem na redução da margem da renda agrícola e nas dificuldades de acesso a determinados mercados para certos segmentos da agricultura.

A partir da década de 1990, as denominadas “*short food supply chains*” ou cadeias curtas de comercialização (CCCA), passaram a ser concebidas como estratégias alternativas de desenvolvimento rural (Ploeg, 2015; Rentings; Marsden; Banks, 2003; Schneider, 2016), especialmente para os agricultores familiares com dificuldades para operacionalizar as lógicas de escala. Desde então, diversos estudos têm mostrado as potencialidades, limitações e inovações institucionais imanentes às CCCAs (Chiffolleau, 2019; Rover; Darlot, 2021; Verano *et al.*, 2023), principalmente no que diz respeito à busca por estratégias capazes de assegurar a sustentabilidade da agricultura familiar e ao fomento à segurança alimentar e nutricional.

As CCCAs contemplam uma diversidade de arranjos organizacionais, com destaque para os programas de compras públicas do governo (mercados

institucionais), as feiras da agricultura familiar, as cestas de produtos entregues diretamente aos consumidores, as redes de cooperação entre agricultores e consumidores no formato de comunidade que sustenta a agricultura (CSA), as cestas de bens e serviços territoriais, os centros de alimentação (*food hubs*), as células de consumo responsável, dentre outros (Cazella *et al.*, 2020; Darlot; Lamine; Brandenburg, 2013; Escosteguy; Pugas; Rover, 2021; Przybyzeski, 2020; Sitaker, 2020). Um aspecto comum desses arranjos é a captação de valor agregado pelos agricultores com a mínima participação de agentes econômicos intermediários e com a atuação de diversos atores sociais e organizações no seu fomento (Dunning *et al.*, 2022; Munoz *et al.*, 2023).

As CCCAs foram concebidas inicialmente como uma estratégia de resistência à lógica de expropriação dos circuitos longos e se ancoraram na oferta de produtos com qualidades diferenciadas (Brunori; Galli, 2017; Hebinck; Schneider; Ploeg, 2015; Ploeg, 2015). Posteriormente, também passaram a ser vistas por seu potencial de inovação e transformação dentro dos sistemas alimentares (Le Velly; Désolé; Chazoule, 2022; Rover; De Gennaro; Roselli, 2017), sendo, inclusive, incorporadas às políticas públicas dos chamados mercados institucionais no Brasil, com destaques para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do Governo Federal (Camargo; Baccarin; Silva, 2013; Triches; Grisa, 2015). Assim, a construção social de novos mercados despontou como uma possibilidade para dar sustentabilidade à agricultura familiar e para (re)vigorar a economia local dos territórios rurais.

Simultaneamente, intensificou-se a preocupação dos consumidores com as formas de produção, distribuição, transformação e qualidade dos alimentos a partir de parâmetros éticos em termos socioeconômicos e ambientais (Gendron; Tourcotte, 2007; Le Velly; Désolé; Chazoule, 2022; Niederle, 2014; Nonini, 2013), bem como daqueles orientados por práticas sociais voltadas à saúde e bem-estar individual (Guivant, 2003; Krischke; Tomiello, 2009). Tudo isso contribuiu para a articulação das chamadas *alternative food networks* (AFNs), com destaques para a busca por alimentos ecológicos, frescos e adquiridos diretamente dos agricultores locais (Darlot *et al.*, 2016; Gazolla; Schneider, 2017; Sitaker *et al.*, 2020) e pelas tentativas de construção

da reterritorialização dos sistemas agroalimentares (Berti; Mulligan, 2016; Corade *et al.*, 2022; Prévost, 2014).

Seguindo a orientação teórico-metodológica de análise institucional, que contempla tanto os hábitos de pensamento socialmente compartilhados (Hodgson, 2002, 2007; Veblen; 2018) quanto os arranjos normativos que operacionalizam as estruturas organizacionais (Cavalcante, 2014; North, 1991; Viana; Waquil, 2020), as CCCAs constituem-se como um tipo de mercado socialmente construído a partir da mobilização de diversos agentes sociais e organizações e seus respectivos referenciais institucionais. Nisso, busca-se investigar o papel desempenhado pelo extensionismo rural.

O extensionismo rural é concebido aqui como uma instituição multidimensional, pois congrega tanto os hábitos de pensamento e convenções dos agentes sociais (extensionistas rurais) quanto os arcabouços normativos estabelecidos pelas políticas públicas do Estado e das empresas públicas de extensão rural. Além disso, em sua trajetória institucional³ é possível visualizar um processo não linear de transição do paradigma difusionista-produtivista para o pluralista-sistêmico.

A estruturação do modelo difusionista-produtivista de extensão rural deu-se em sintonia com o paradigma da modernização (Rostow, 1961). Seu pilar central, a transferência de tecnologias para gerar mudanças nos sistemas produtivo e social (Rogers, 1962), constituiu-se como um referencial institucional para os processos de inovação em que os extensionistas desempenhavam o papel principal de transmitir para os agricultores as tecnologias externamente concebidas (Caporal; Ramos, 2015; Christoplos; Longley; Slaymaker, 2004; Sulaiman; Hall, 2002). Esse *modus operandi* foi mais aderente para os médios e grandes produtores rurais, pois esses segmentos conseguiram operacionalizar com mais efetividade fatores como a escala de produção e otimização das tecnologias industriais (Mazoyer; Roudart, 2010; Moraes, 2018).

A institucionalização desse modelo se intensificou no Brasil a partir da década de 1960 por meio de uma série de ações coordenadas, com destaque para a política de assistência técnica e extensão rural (ATER), o sistema nacional de

³ Não será feita aqui uma descrição minuciosa das diversas fases do extensionismo rural tal como pode ser vista em diversos autores (Bracagioli Neto, 2023; Caporal; Costabbeber, 2004; Freire, 1983; Moraes, 2018). Para os objetivos propostos pelo trabalho, priorizou-se a análise sucinta e objetiva dos paradigmas difusionista e pluralista.

crédito rural (SNCR) e a própria formação técnico-profissional oferecida aos extensionistas (Caporal; Costabebber, 2004; Caporal; Ramos, 2015). Dessa maneira, o difusionismo produtivista institucionalizou-se como referencial institucional hegemônico dentro do extensionismo rural (Christoplos, 2010; Landini, 2015; Landini *et al.*, 2022), logo, passou a orientar tanto o arcabouço normativo das entidades promotoras quanto os hábitos de pensamento dos agentes extensionistas.

Ao afirmar-se como um referencial, passou a orientar as práticas e ações dos extensionistas rurais nos mais variados contextos de atuação, sendo fundamental para a estruturação do regime agroalimentar corporativo (McMichael, 2009, 2016) e dos mercados de circuitos longos nos sistemas agroalimentares contemporâneos (Schneider, 2016; Wilkinson, 2023). Nessa lógica, o papel principal atribuído e assumido pelos extensionistas rurais teve como elemento central a assistência técnica para a produção.

Na atualidade, apesar de alguns estudos apontarem para as resistências de organizações e agentes sociais em incorporar novas práticas, metodologias e papéis (Landini, 2015; Bosetti; Oliveira; Peixer, 2021), outros indicam um processo evolucionário de transformações institucionais no âmbito do extensionismo (Bracagnoli Neto, 2023). Tal processo tem ocorrido desde as críticas pedagógicas apontadas pelo humanismo crítico na década de 1980 (Diesel; Dias, 2016; Freire, 1983); fortaleceu-se com os referenciais da extensão rural sistêmica do paradigma agroecológico (Caporal; Costabebber, 2004; Caporal; Ramos, 2015; Moraes, 2018); e tem se consolidado com as perspectivas do pluralismo institucional contemporâneo (Christoplos; Longley; Slaymaker, 2004; Doi, 2022; Singh *et al.*, 2024). Tudo isso ganhou força diante das demandas relacionadas à segurança alimentar e nutricional (Brunori; Galli, 2017; FAO, 2023) e à pluralização dos mercados agroalimentares orientados por novos valores associados à alimentação (Campbell *et al.*, 2022; Cremaschi *et al.*, 2019; Sacchi *et al.*, 2022).

O referencial institucional pluralista-sistêmico tem como pressupostos a diversidade das fontes de inovação, a importância dos ambientes participativos e do contexto local para os processos de inovação (Dunning *et al.*, 2012; Sulamain; Hall, 2002). Nesse referencial, os papéis atribuídos ao extensionismo

também são ampliados, com destaque para as formas de produção sustentável e diversificada, a gestão de processos organizacionais e a construção de novos mercados (Doi, 2022; Dunning *et al.*, 2012; Swanson, 2006). Contudo, sua incorporação aos ancoradouros do extensionismo rural segue ritmos variados em função das demandas dos agricultores, das relações agência/estrutura e das dinâmicas socioeconômicas dos territórios (Dunning *et al.*, 2012; Landini *et al.*, 2022; Minard; Edens, 2016; Munoz *et al.*, 2023). Diante disso, o objetivo desse artigo foi analisar as dimensões institucionais presentes na relação da extensão rural com as CCCAs no Estado de Santa Catarina.

Metodologia

O recorte metodológico da pesquisa delimitou as CCCAs como espaços formalizados de comercialização que contemplam os seguintes arranjos: feiras livres da agricultura familiar, lojas da agricultura familiar em mercados públicos, feiras itinerantes em bairros das cidades, feiras sazonais em *shoppings centers* e casas de produtos coloniais administradas por prefeituras. Para identificar os ancoradouros desses arranjos, foram delimitadas duas linhas de investigação: 1) a existência de programas institucionais de aporte às CCCAs por parte da empresa pública de extensão rural; 2) a percepção/orientação dos extensionistas rurais, a partir das suas trajetórias socioprofissionais, acerca dos papéis do extensionismo rural na atualidade e em relação à sua atuação nas CCCAs.

A coleta de dados primários, realizada entre os meses de março e agosto de 2023, foi composta pelas seguintes ferramentas: a) análise documental dos programas e ações da empresa de extensão rural de Santa Catarina voltadas para as CCCAs, que contemplou a linha 1; b) realização de entrevistas estruturadas junto aos extensionistas rurais dos municípios catarinenses com base na técnica da amostragem estratificada, a qual permite o tratamento estatístico dos dados (Gil, 2008; Yin, 2001) e que contemplou a linha 2.

A análise documental consistiu na consulta aos documentos institucionais, como o Planejamento Plurianual e os programas e as ações realizadas pela empresa no que se refere às CCCAs. Isso foi feito por meio da técnica da categorização dos elementos encontrados (Creswell, 2014), em que foram

diferenciados os seguintes níveis institucionais: a) presença das CCCAs nos programas institucionais; b) presença das CCCAs em ações práticas. Entende-se que o primeiro possui um peso mais significativo, pois faz parte dos objetivos e metas que orientam as ações da organização.

Para as entrevistas estruturadas, considerando que o estado de Santa Catarina possui 250 municípios agrupados em 7 mesorregiões geográficas (IBGE, 2017) e que todos possuem escritório da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural (EPAGRI), a amostra representativa foi definida com o número de 56 entrevistas.

$$A = \frac{Z^2 \cdot p_A \cdot q_A \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p_A \cdot q_A}$$

A entrevista estruturada foi feita por meio de ligação telefônica para os escritórios municipais da empresa de extensão rural, onde foi agendada a entrevista com os extensionistas rurais que atuam a campo. Na empresa de extensão rural de Santa Catarina há duas categorias principais de técnicos: os extensionistas de campo, invariavelmente agrônomos; e os extensionistas sociais, de formação diversificada. Essa distribuição é variável conforme o tamanho do município e os aspectos socioeconômicos dos territórios (nem todos os municípios possuem extensionista social). Os extensionistas de campo são os responsáveis pelos atendimentos nas unidades produtivas e, ao mesmo tempo, atuam como mediadores na execução de políticas públicas, como as de crédito rural e dos mercados das compras institucionais.

Na maior parte dos municípios há apenas um extensionista de campo; naqueles em que havia mais do que um, a escolha dos entrevistados deu-se pelo critério do seu maior envolvimento com algum tipo de CCCAs, portanto, pelo princípio da amostragem sistemática (Gil, 2008). Assim, foram delimitados 8 municípios de cada uma das 7 mesorregiões geográficas e entrevistado 1 extensionista por município da amostra, totalizando 56 entrevistas. A estratificação dos municípios obedeceu a critérios demográficos, sendo escolhidos os 8 municípios mais populosos de cada mesorregião geográfica⁴.

⁴ Os municípios que fizeram parte da amostra foram os seguintes: Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Antônio Carlos, Angelina, Imbituba, Florianópolis, São Bonifácio, São José, Chapecó, Xaxim, Pinhalzinho, Xanxerê, Anchieta, Joaçaba, Quilombo, Dionísio Cerqueira, Seara, Itapiranga, Capinzal, Tangará, Concórdia, Videira, Treze Tilhas, Fraiburgo, Caçador, Arroio Trinta, Ponte Alta, Curitiba, Campos Novos, Lages, Otacílio Costa, Urubici, Correia Pinto, Jaguaruna, Santa

O questionário utilizado consistiu em 7 questões fechadas que foram submetidas às análises estatísticas para mensurar o *coeficiente de correlação de Pearson*, que avalia o grau de associação entre as variáveis, e à *regressão linear simples*, que estipula o quanto as alterações de uma variável (x) afetam o comportamento da outra (y).

$$Y = \alpha + \beta X + \epsilon$$

Por meio das análises de regressão, foi mensurado o *p-valor* a um nível de significância de 5%, ou seja, se *p-valor* < 0,05, rejeita-se a hipótese nula (H_0) e confirma-se a hipótese alternativa (H_1), indicando a existência de influência de uma variável sobre o comportamento de outra. Além disso, foi realizado o *Teste t*, que mede se as variações das amostras são significativas, sendo que, quanto mais distante de zero, maior é a evidência de rejeição de H_0 (Afonso, 2019; Agresti, 2007). As análises de correlação, regressão e o *teste t* foram realizados por meio do software estatístico *Minitab*.

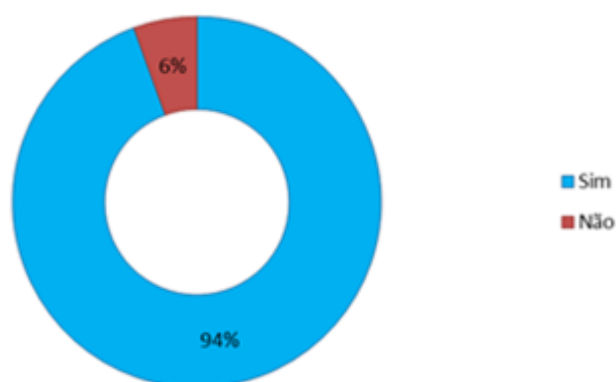
Com a utilização dos referidos recursos metodológicos, foram testadas as seguintes hipóteses: 1) A territorialização das CCCAs depende de convergências multi-institucionais no âmbito do extensionismo rural; 2) o perfil socioprofissional, referenciado pela instituição de formação acadêmica e pelo tempo de serviço na extensão rural, influencia as percepções sobre o papel do extensionismo na construção das CCCAs. A primeira hipótese está amparada em estudos que indicam que a construção de mercados locais e regionais é mais efetiva quando há a convergência de instituições mediadoras em sua articulação (Bosetti, 2022; Munoz *et al.*, 2023; Przybyzesk, 2020); a segunda ampara-se nos estudos sociológicos que analisam as lógicas institucionais a partir das mútuas influências entre agência/estrutura (Bourdieu, 2004, 2011; Giddens, 2009), as quais podem ser representadas pelas trajetórias acadêmicas e profissionais, pelas disposições de gênero e idade, dentre outras dimensões socioculturais que influenciam nos hábitos de pensamento dos agentes sociais (Bourdieu, 2011; Fligstein, 2007) e que, ao final, orientam suas percepções e práticas sociais.

Rosa de Lima, Criciúma, Tubarão, Araranguá, Nova Veneza, Urussanga, Blumenau, Presidente Getúlio, Ituporanga, Ibirama, Rio do Sul, Itajaí, Gaspar, Nova Trento, Porto União, Mafra, Joinville, Corupá, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Canoinhas, Araquari.

Resultados e discussão: pluralismo institucional e construção das CCCAs

O primeiro aspecto a ser destacado nos dados coletados foi a identificação da presença das CCCAs na quase totalidade dos municípios que fizeram parte da amostra, a qual contemplou municípios com variação entre 2.000 e 600.000 habitantes.

Gráfico 1 – CCCAs nos municípios.



Fonte: Autores (2024).

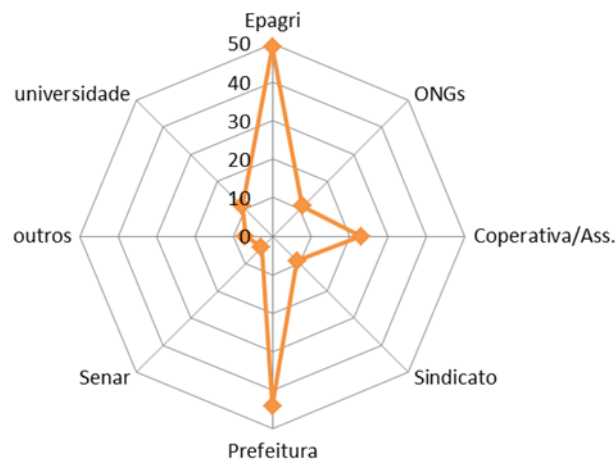
Os arranjos de CCCAs encontrados são diversificados: feiras de rua, boxes em mercados públicos, feiras em *shoppings centers*, feiras itinerantes que circulam por bairros das cidades, casas de produtos coloniais da agricultura familiar, cestas de produtos entregues diretamente para os consumidores e feiras em eventos sazonais. A presença das CCCAs nesse escopo diversificado de municípios permitiu relativizar a percepção de estudos anteriores (Munoz *et al.*, 2023) que atribuíram à concentração demográfica como sendo a principal variável para a territorialização das CCCAs em Santa Catarina. Importante destacar que em todos os municípios que possuem feiras da agricultura familiar foi identificada a existência de leis municipais que as normatizam, o que reforça o papel das políticas públicas na construção dos mercados (Matei *et al.*, 2017; Steiner, 2005).

Dentro do escopo das CCCAs, também buscou-se levantar informações acerca do acesso aos programas das compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com as entrevistas foi possível identificar que os agricultores

que participam desses programas também fazem parte dos demais arranjos das CCCAs, o que reforça a convergência entre ambos (Bosetti, 2022; Rambo; Pozzebon; Rentz, 2019), afinal, a organização da produção e a disponibilidade da oferta de alimentos diversificados proporcionadas pelos mercados institucionais facilitam a inserção dos agricultores em outros tipos de mercados. Isso reforça a hipótese de que a territorialização das CCCAs depende de arranjos multi-institucionais.

As entrevistas também possibilitaram mapear a rede institucional de aporte às CCCAs nos municípios que fizeram parte da amostra.

Gráfico 2 – Rede institucional de aporte às CCCAs.



Fonte: Autores (2024).

Nessa rede foram identificados alguns papéis: a empresa de extensão rural atua na mediação desde o planejamento da produção até os processos burocráticos para viabilizar a comercialização; as prefeituras municipais têm contribuído com as questões logísticas, como a alocação de espaços físicos e materiais; as cooperativas, associações, ONGs, sindicatos e universidades têm contribuído nos aspectos organizacionais e no marketing. A distribuição da rede varia conforme o porte demográfico dos municípios, mas, em geral, há a presença de pelo menos 2 a 3 organizações atuantes. Isso reitera a tese da efetividade do pluralismo institucional no extensionismo rural contemporâneo (Davis; Sulaiman, 2014; Diesel; Neumann; Sá, 2012; Doi, 2022) e da relevância da atuação multi-institucional na construção dos mercados das CCCAs. Embora não tenham sido mencionadas pelos entrevistados como sendo parte

da rede, é preciso considerar o papel exercido pelas políticas públicas dos mercados institucionais (PAA e PNAE) nessa composição multi-institucional, visto que tais políticas têm sido potencializadoras dos demais arranjos.

Outra dimensão institucional analisada foi o arcabouço normativo da empresa de extensão rural de Santa Catarina voltado às CCCAs. Esse aspecto foi identificado pela consulta ao Planejamento Estratégico da empresa (2017-2027), aos programas e ações e por solicitação via sistema de informações.

Quadro 1 – Política institucional de construção social de mercados.

Nome do Programa	Objetivos/metasp	Ações
1-Gestão de Negócios e Mercados	Desenvolver a inserção nos mercados para a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.	-Assessoria na parte organizacional; orientação para a legalização de agroindústrias; assessoria gerencial para empreendimentos familiares.
2-Porteira Aberta	Integrar a empresa à comunidade por meio de uma feira multifuncional.	-Feiras da agricultura familiar realizada na central da empresa em Florianópolis.
3-Turismo rural da agricultura familiar	Desenvolver negócios da agricultura familiar que valorizem a cultura e as tradições regionais.	- Assessoria aos agricultores e redes que desenvolvem empreendimentos de turismo rural.
4-Aporte às feiras da agricultura familiar	Assessorar a produção, organização e legalização das feiras.	- Ações dependem do estágio em que as feiras se encontram.

Fonte: EPAGRI (2023).

As informações indicam que, desde o ano de 2017, a inserção e construção dos mercados para a agricultura familiar são uma temática reconhecida institucionalmente, afinal, parte da operacionalização dos programas dos mercados institucionais (PAA e PNAE) já fazia parte do escopo de atuação da extensão rural nesse período. Em relação às feiras da agricultura familiar, objeto de interesse nesse trabalho, a consulta paralela a outros documentos identificou um maior investimento e mobilização institucional após a pandemia da Covid-19. Isso pode estar associado às diversas inovações desenvolvidas nesse contexto por atores sociais e organizações em resposta às novas demandas sociais relacionadas à alimentação (Gazolla; Aquino Gaivski, 2023; Tonin; Niederle; Schneider, 2024). Ademais, a incorporação dos arranjos da CCCAs ao Planejamento Estratégico da empresa é significativa em termos institucionais, pois indica o reconhecimento desse campo de atuação no âmbito do extensionismo rural, ou seja, reflete hábitos de pensamento, normas e valores presentes que constituem as instituições (Hodgson, 2007; Veblen, 2018).

Entretanto, a presença de um referencial normativo no âmbito institucional nem sempre se reflete igualmente em ações e práticas sociais, pois estas são constituídas por entendimentos que os indivíduos adquirem de maneira interativa e continuada ao contexto social (Schatzki, 2002). Diante disso, a segunda hipótese da pesquisa buscou identificar na trajetória socioprofissional dos extensionistas, por meio de duas variáveis: tempo de serviço e instituição de formação acadêmica.

Em relação ao tempo de serviço, 52% dos entrevistados possuem até 15 anos de trabalho na extensão rural e 48% possuem acima de 15 anos. No que se refere às suas percepções acerca do extensionismo, 44% responderam que a principal demanda é levar informações técnicas para a produção, enquanto 56% afirmaram ser o auxílio aos processos organizacionais e de gestão das unidades produtivas (UPs).

Tabela 1 – Tempo de serviço e percepção das demandas extensionistas.

Tempo de serviço no extensionismo	Informações técnicas para a produção	Processos organizacionais e gestão das UPs	Total %
Até 15 anos	35,72%	64,28%	100%
Acima de 15 anos	57,69%	42,31%	100%

Fonte: Autores (2024).

As análises de regressão linear para as variáveis referidas apresentaram $p\text{-valor} < 5\%$, ou seja, a hipótese nula H_0 foi rejeitada e a variável tempo de serviço é significativa para explicar a percepção dos extensionistas acerca das demandas por extensão rural da seguinte maneira: quanto maior o tempo de serviço do profissional, maior a propensão em atribuir ao papel do extensionista como sendo o de levar informações técnicas para a produção; quanto menor o tempo de serviço, mais aderente é a resposta para assessoria a processos organizacionais e gestão das unidades produtivas. A construção de mercados das CCCAs contempla ambas as questões, porém, está mais diretamente associada ao fomento de processos organizacionais, portanto, possui maior aderência nos profissionais com menor tempo de serviço na extensão rural.

Outro aspecto mensurado acerca da trajetória socioprofissional foi a relação entre o tempo de serviço e a percepção das competências e habilidades para

lidar com as demandas de construção das CCCAs. A percepção de 64,8% dos entrevistados é que o currículo de formação acadêmica foi insuficiente para lidar com as demandas de construção das CCCAs, enquanto 35,2% afirmaram ser suficiente. Essas percepções também variaram conforme o tempo de serviço na extensão rural, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de serviço e competências para lidar com as CCCAs.

Tempo de serviço no extensionismo	Competências Suficientes	Competências Insuficientes	Total %
Até 15 anos	57,14%	42,86%	100%
Acima de 15 anos	11,53%	88,47%	100%

Fonte: Autores (2024).

A análise de regressão linear apresentou $p\text{-valor} < 5\%$, rejeitando H_0 , isto é, a variável tempo de serviço é significativa para explicar as percepções das competências e habilidades da formação acadêmica dos profissionais para trabalhar com as CCCAs da seguinte maneira: quanto maior o tempo de serviço, menor o reconhecimento da suficiência de competências e habilidades para se trabalhar com os CCCAs; quanto menor o tempo de serviço, maior é o reconhecimento acerca das referidas competências.

A formação profissional realizada em um contexto anterior e com predominância do difusionismo-produtivista (Caporal; Ramos, 2015; Landini, 2015) não contemplava algumas das competências e habilidades necessárias para os extensionistas trabalharem com as complexas dinâmicas das CCCAs na atualidade. Isso explica, em parte, a percepção menos aderente dos profissionais com mais tempo de serviço em relação a esse tipo de demanda.

De maneira paralela, alguns estudos indicam que as matrizes curriculares dos cursos de agronomia, especialmente nas universidades públicas a partir da década de 2000, foram elaboradas com alguma sintonia para com a Política Nacional de ATER (PNATER)⁵, a qual contemplava uma perspectiva pluralista e sistêmica de extensionismo rural (Landini *et al.*, 2022; Primo Junior; Oliveira;

⁵ Estudos indicam que os referenciais da PNATER da década de 2000 se modificaram com a criação da Agência Nacional de Ater (ANATER) a partir de 2014 e que tais mudanças implicam em perspectivas distintas de extensão rural (Zarnott *et al.*, 2018). Isso possui desdobramentos sobre as matrizes curriculares mais recentes nos cursos de ciências agrárias.

Moreira, 2019). Essas institucionalidades contemplaram novas competências e habilidades voltadas à diversificação das perspectivas de desenvolvimento rural, as quais incluíam, dentre outras coisas, as CCCAs (Brasil, 2010). Os profissionais entrevistados com menor tempo de serviço tiveram suas formações acadêmicas nesse contexto, logo, explicam-se, em parte, suas aderências às demandas das CCCAs. Portanto, se a variável tempo de serviço importa nas percepções acerca dos papéis do extensionismo rural em relação às CCCAs, ela está relacionada ao contexto institucional de formação profissional.

A variável instituição de formação técnica-profissional apresentou os seguintes dados: 78% dos entrevistados tiveram sua formação em universidades públicas, enquanto 22% em universidades privadas/comunitárias. Isso, por si, é um dado relevante, pois indica que os serviços de extensão rural em Santa Catarina são operacionalizados majoritariamente por profissionais que tiveram sua formação em universidades públicas.

A variável instituição de formação profissional também foi testada em relação às percepções das demandas extensionistas e das competências para lidar com as CCCAs.

Tabela 3 – Instituição de ensino e percepção das demandas extensionistas

Instituição de ensino	Informações técnicas para a produção	Processos organizacionais e gestão das UPs	Total %
Pública	38,10%	61,90%	100%
Privada	50,00%	50,00%	100%

Fonte: Autores (2024).

Tabela 4 – Instituição de ensino e percepção das competências para lidar com as CCCAs

Instituição de ensino	Competências suficientes	Competências insuficientes	Total %
Pública	33,33%	67,67%	100%
Privada	33,33%	67,67%	100%

Fonte: Autores (2024).

Nesse caso não houve significância estatística, ou seja, a variável natureza da instituição de formação técnica (pública ou privada) não é representativa para explicar as percepções dos extensionistas acerca das demandas e das

competências para lidar com as CCCAs. É preciso ressaltar que, nesse caso, a amostra não foi homogênea, ou seja, o número de extensionistas formados em universidades públicas e privadas não foi equivalente em termos estatísticos.

Diante dos resultados apresentados, pode-se inferir que as CCCAs no Estado de Santa Catarina são o resultado de convergências multi-institucionais que envolvem as políticas públicas dos mercados institucionais (PAA e PNAE) do governo federal, a atuação da empresa de extensão rural e organizações locais (prefeituras, sindicatos, universidades, ONGs e organizações associativas dos agricultores). Além disso, pode-se identificar que as inovações institucionais na direção de um extensionismo rural pluralista e aderente ao trabalho com as CCCAs passam pelos atores sociais e suas trajetórias socioprofissionais, especialmente o tempo de serviço e o contexto institucional de formação acadêmica.

Considerações finais

Os resultados obtidos na pesquisa confirmaram a hipótese de que a territorialização das CCCAs nos municípios catarinenses é viabilizada pela existência de convergências multi-institucionais, as quais incluem políticas públicas federais, estaduais e municipais. Essas convergências se fortalecem na medida em que os atores sociais que atuam no extensionismo rural incorporam, em sua trajetória socioprofissional e práticas sociais, certos referenciais em termos de perspectivas de desenvolvimento rural. Neste caso, a formação acadêmica em um contexto institucional que enfatizou os referenciais extensionismo pluralista e sistêmico contribuiu para percepções mais aderentes dos profissionais em relação à construção das CCCAs.

As contribuições trazidas por esse artigo indicam que as abordagens do institucionalismo podem contribuir para a compreensão de algumas das problemáticas do extensionismo rural contemporâneo, especialmente do seu papel no processo de construção social de mercados para a agricultura familiar. Ancoradouros institucionais, como as perspectivas de extensão rural presentes no âmbito organizacional e individual, são fundamentais para que a extensão rural possa diversificar seu escopo de atuação em conformidade com as demandas socioeconômicas da atualidade. Por fim, o artigo deixa algumas lacunas abertas e que suscitam novas investigações sociológicas:

estudos comparando os ancoradouros institucionais das CCCAs em recortes regionais ampliados poderiam trazer informações importantes para se pensar o extensionismo rural; estudos comparados acerca das políticas institucionais das agências de extensão rural nos diferentes estados brasileiros poderiam trazer um panorama mais amplo de como o extensionismo rural tem tratado a temática das CCCAs e, por conseguinte, seus desdobramentos para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Referências

- AFONSO, Juliana Franco. *Introdução à econometria*. Maringá: UNICESUMAR, 2019.
- AGRESTTI, ALAN. *An introduction to categorical data analysis*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2007.
- BONOMELLI, Veronica; ROUDART, Laurence. Quels effets des circuits courts de commercialisation sur les moyens d'existence des agriculteurs familiaux? Le cas d'une foire paysanne à Quito (Équateur)
- BOSETTI, Cleber José; OLIVEIRA, Heloísa Maria; PEIXER, Zilma Isabel. Representações da agricultura nos cursos de agronomia: um campo de disputas. *Contemporânea*, São Carlos, v. 11, n. 2, 2021.
- BOSETTI, Cleber José. A territorialização do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) em Santa Catarina (2009-2018). *Revista Grifos*, Chapecó, v. 31, n. 55, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2011
- BOURDIEU, Pierre. Principles of an economic anthropology. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (orgs.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- BRACAGIOLINETO, Alberto. Trajetória histórica da extensão rural. In: BRACAGIOLINETO, Alberto; CHARRÃO-MARQUES, Flávia Charão (orgs.). *Extensão rural: trajetórias e desafios*. Porto Alegre: UFRGS, 2023.
- BRASIL. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2010.
- BRUNORI, Gianluca *et al.* Are local food chains more Sustainable than global food chains? Considerations for assessment. *Sustainability*, v. 8, n. 5, e449, 2016.
- BRUNORI, Gianluca; GALLI, Francesca. Filiera corta e politiche alimentari: quali scenari? *Agriregionieuropa*, v. 13, n. 50, 2017.
- CAMARGO, Ral de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de

- Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.
- CAMPBELL, Catherine G. *et al.* Community food systems resilience: values, benefits and indicators. *Journal of Agriculture, Food Systems and Development Community*, v. 11, n. 4, p. 89-113, 2022.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. In: CAPORAL, Francisco Roberto. *Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural necessário e possível*. Recife: Edição do autor, 2015.
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. Economia institucional e as três dimensões das instituições. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, 2014.
- CAZELLA, Ademir Antônio. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.16, n. 3, 2020.
- CHIFFOLEAU, Yuna. Les circuits courts alimentaires. Entre marché et innovation sociale. *Lectures*, 2019.
- CHRISTOPLOS, Ian. *Mobilizing the potential of rural and agricultural extension*. Roma: FAO, 2010.
- CHRISTOPLOS, Ian; LONGLEY, Catherine; SLAYMAKER, Tom. *The changing roles of agricultural rehabilitation: linking relief, development and support to rural livelihoods*. Londres: Overseas Development Institute, 2004.
- CORADE, Nathalie *et al.* Les systèmes alimentaires et agricoles territorialisés: des leviers vers la transition? *Économie rurale*, v. 382, n. 1, 2022.
- CREMASCHI, Daniel Gaitán *et al.* Characterizing diversity of food systems in view of sustainability: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 39, n. 1, 2019.
- CRESWELL, John. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre 5 abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DARLOT, Moacir; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.
- DARLOT, Moacir *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações de produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v.19, n. 2, p. 1-22, 2016.
- DAVIS, Kristin; SULAIMAN, Rasheed. The new extensionist: roles and capacities to strengthen extension and advisory services. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, v. 21, n. 3, 2014.

- DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Marcio; FANTIN, Leidiane. Valor agregado em sistemas agroindustriais familiares ecológicos e não-ecológicos (SAFS): um estudo comparativo. *Informe GEPEC*, Toledo, v. 28, n.1, p. 491-513, 2024.
- DEQUECH, David. O conceito de instituições e algumas tipologias. In: SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; PESSALI, Huáscar Fialho; FERNÁNDEZ, Ramon Garcia (orgs.). *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: UNESP, 2017.
- DIESEL, Vivian; NEUMANN, Pedro; SÁ, Vinícius Claudino de. *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.
- DIESEL, Vivian; DIAS, Marcelo Miná. The Brazilian experience with agroecological extension: a critical analysis of reform in a pluralistic extension system. *Journal of agricultural education and extension*, v. 22, n. 5, p. 415-433, 2016.
- DOI, Sumire. *Reimagining public extension: policy, pluralism, and new roles*. 2022. Tese (Doutorado) – Cornell University, Ithaca, 2022.
- DUNNING, Rebecca *et al.* Educator and institutional entrepreneur: cooperative extension and the building of localized food systems. *Journal of agriculture food systems and community development*, v. 3, n. 1, 2012.
- EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. *Planejamento de Gestão Estratégica (2017-2027)*. Florianópolis: Epagri, 2018.
- ESCOSTEGUY, Isadora Leite; PUGAS, Adevan da Silva; ROVER, Oscar. Células de consumidores responsáveis: uma proposta coletiva de venda direta de alimentos orgânicos e agroecológicos. In: ROVER, Oscar; DARLOT, Moacir Roberto (orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *The State of Food Security and Nutrition in the World*. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome: FAO, 2023.
- FARMER, James; MINARD, Sara; EDENS, Cliff. Local foods and low-income communities: location, transportation and values. *Journal of agriculture, food systems and community development*, v. 4, n. 6, p. 41–53, 2016.
- FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 2001.
- FLIGSTEIN, Niel. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007.
- FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

- GAZOLLA, Marcio *et al.* Editorial: Agricultura familiar: contribuições para o desenvolvimento regional no sul do Brasil. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 12, n. especial, p. 1-6, 2022.
- GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de; GAIEVSKI, Eduardo Henrique Szpak. Mercados alimentares digitais da agricultura familiar no Brasil: dinâmicas durante e pós pandemia da COVID-19. *Mundo Agrário*, v. 24, n. 57, p. 228-228, 2023.
- GENDRON, Corine; TURCOTTE, Marie France. Les nouveaux mouvements sociaux économiques au coeur d'une nouvelle gouvernance. *Revue Organisations & Territoires*, v. 16, n. 1, p. 23-32, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, 1985.
- GRANOVETTER, Mark. The impact of social structure on economic outcomes. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- GUIVANT, Julia Silvia. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2003.
- HEBINCK, Paul; SCHNEIDER, Sergio; PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Rural development and the construction of new markets*. Nova York: Routledge, 2015.
- HODGSON, Geoffrey. The Evolution of Institutions: an agenda for future theoretical research, *Constitutional Political Economy*, Springer, v. 13, n. 2, p. 111-127, 2002.
- HODGSON, Geoffrey. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 1, n. 4, p. 7-25, 2007.
- HODGSON, Geoffrey. On defining institutions: rules versus equilibria. *Journal of Institutional Economics*, Londres, v. 3, n. 11, p. 497-505, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- KRISCHKE, Paulo; TOMIELLO, Naiara. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2009.
- LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 45 n. 2, 2015.
- LANDINI, Fernando Pablo *et al.* International comparison of extension agent objectives and construction of a typology. *Journal of Agricultural Education and Extension*, v. 28, n. 4, 2022.
- LE VELLY, Ronan; DÉSOLÉ, Mathieu; CHAZOULE, Carole. How to create intermediated and partnership local food networks? Collective performance,

- collective negotiation and collective learning. *Journal of Agriculture, Food Systems and Community Development*, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2022.
- MATEI, Ana Paula *et al.* State support in Brazil for a local turn to food. *Agriculture*, v. 7, n. 5, 2017.
- MAZOYER, Marcel. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2010.
- MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the world food crisis. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 281-295, 2009.
- MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MORAES, Cléa dos Santos. *Uma Revolução científica da extensão rural e a emergência de novo paradigma*. Curitiba: Appris, 2018.
- NIEDERLE, Paulo André. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, p.162-189, 2014.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZJUNIOR, Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- NONINI, Donald. The local food movement and the anthropology of global systems. *Journal of American Ethnologist*, v. 40, n. 2, p. 267-275, 2013.
- NORTH, Douglass. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. Newly emerging nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINK, Paul; PLOEG, Jan Douwe Van Der; SCHNEIDER, Sergio. *Rural development and the construction of new markets*. Nova York: Routledge, 2015.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e a arte da agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- PRÉVOST, Benoit. Des circuits courts à la reterritorialisation de l'agriculture et de l'alimentation. *Revue Internationale de l'économie sociale*, n. 331, 2014.
- PRIMO JUNIOR, Jason; OLIVEIRA, Lucia; MOREIRA, Marcia. Currículos dos cursos de agronomia e sua interação com a política nacional de ater. *REVASF*, Petrolina, v. 9, n. 19, 2019.
- PRZYBYZESKI, Silvana. Aquisição institucional de produtos da agricultura familiar: apontamentos sobre aspectos operacionais da política pública. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 1, n. 49, p. 49-66, 2020.

- RAMBO, Anelise; POZZEBOM, Luciana; RENTZ, Eduardo Von. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o pnae e as feiras livres. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 1, n. 46, 2019.
- RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, Londres, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.
- ROSTOW, Walter. *Etapas do Desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- ROGERS, Everett. *Diffusion of innovations*. Nova York: The Free Press, 1966.
- ROVER, Oscar; DE GENNARO, Bernardo; ROSELLI, Luigi. Social innovation and sustainable rural development: The case of a Brazilian agroecology network. *Sustainability*, Basel, v. 9, n. 1–14, 2017.
- ROVER, Oscar; DARLOT, Moacir Roberto (orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.
- SACCHI, Giovanna *et al.* Consumer renaissance in alternative agri-food networks between collective action and co-production. *Sustainable Production and Consumption*, v. 29, n. 1, p. 311–327, 2022.
- SCHATZKI, Theodor. *The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change*. University Park: Pennsylvania State University, 2002.
- SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e agricultura familiar. In: CONTERATO, Marcelo *et al.* *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- SINGH, Radhika *et al.* The role of livelihoods in agrifood sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v. 50, n. 1, 2024.
- SITAKER, Marilyn *et al.* Evaluation of farm fresh foods boxes: a hybrid alternative food network market innovation. *Sustainability*, v. 12, n. 24, p. 1–25, 2020.
- SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. Introducing economic sociology. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (orgs.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- SOUZA, Amanda Borges; FORNAZIER, Armando; DELGROSSI, Mauro. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 1, 2020.
- STEINER, Philippe. Le marché selon la sociologie économique. *Revue Européenne des sciences sociales*, v. 43, n. 132, p. 31–64, 2005.
- SULAIMAN; Rasheed; HALL, Andy. Beyond technology dissemination: reinventing agricultural extension. *Outlook on Agriculture*, v. 31, n. 4, 2002.
- SWANSON, Burton. The Changing Role of Agricultural Extension in a Global Economy. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, v. 1, n. 11, p. 5–17, 2006.

- SWEDBERG, Richard. Markets in society. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (orgs.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- TONIN, Jeferson; NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Evandro Pedro. Habilidades sociais no enfrentamento à pandemia nos mercados alimentares territoriais: uma análise a partir do Médio Alto Uruguai e do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. *Redes: Revista de Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, n. 1, v. 29, p. 1-27, 2024.
- TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Cátia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas PAA e PNAE a partir da retórica da intransigência. *Revista Nera*, v. 1, n. 26, p. 10-27, 2015.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe do lazer*. Lisboa: Atual, 2018.
- VERANO, Thiado de Carvalho *et al.* Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 31, n. 2, 2023.
- VIANA, João Garibaldi Almeida; WAQUIL, Paulo Dabdad. Instituições e economia rural: elementos analíticos a partir do institucionalismo evolucionário. In: VIANA, João Garibaldi Almeida; WAQUIL, Paulo Dabdad (orgs.). *Instituições, regras e hábitos: proposições teóricas e aplicadas para os estudos rurais*. Curitiba: CRV, 2020.
- WILKINSON, John. *O mundo dos alimentos em transformação: mesmos pratos, novos ingredientes, processos e atores*. Curitiba: Appris, 2023.
- YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Boohman, 2001.
- ZAFIROVSKI, Milan. Sociological economics: its elements in economics and its convergence with economic sociology. *The Routledge International Handbook of Economic Sociology*, p.127-169, 2023.
- ZARNOTT, Alison *et al.* Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Extensión Rural*, La Plata, v. 116, ed. especial, p. 107-119, 2017.

Como citar

BOSETTI, Cleber José; NIEDERLE, Paulo André. A extensão rural e a construção de mercados para agricultura familiar em Santa Catarina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533101, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_01



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.